



# **Uso Doméstico de Indicadores Sociais Internacionais**

Marcelo Neri

**2014**

NERI, Marcelo C.

*"Uso Doméstico de Indicadores Sociais Internacionais"* (Marcelo Neri), Rio de Janeiro, RJ  
– 2014 - FGV Social – 16 páginas.

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV N°19.

# Uso Doméstico de Indicadores Sociais Internacionais\*

Marcelo Neri\*\*

Este artigo discute a racionalidade econômica e os problemas práticos relacionados a criação de um sistema de metas sociais e de crédito social doméstico com base em indicadores e metas internacionais. Tomamos como exemplo concreto os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU. Este sistema atua como forma do governo federal aumentar a eficiência e a equidade no uso do seu orçamento social que é transferido para os governos locais.

A Declaração do Milênio faz a mediação de indicadores sociais e prazos para serem alcançados a nível global. À medida que a luta contra a pobreza transcende mandatos e limites geográficos, a primeira proposta estudada é que locais específicos - em particular, aqueles que estão no nível subnacional - anunciem um compromisso com as metas globais especificadas em acordos internacionais. Na prática, isso implicaria que estados e municípios, ao invés das nações, desafiem suas respectivas populações a cumprir as metas propostas. Uma vez que o prazo para as metas globais supera em muito o período de tempo de um único período de governo, isso inibe a descontinuidade das ações entre os diferentes mandatos políticos. Em outras palavras, os ODM internacionais possuem o atributo de serem exógenos, o que permite não só uma maior consistência temporal nas decisões como também uma melhor integração dos esforços sociais entre os diferentes níveis da esfera pública.

Além da introdução, o artigo está dividido em três seções. A primeira faz uma discussão de aspectos sociais da comunidade internacional ao longo dos últimos anos, mais precisamente desde a década de 90. A partir de 1990 agências internacionais começaram a disponibilizar indicadores sociais em escala global sendo os mais conhecidos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e as medidas de pobreza baseadas em linhas internacionais que compõe os ODMs. A segunda seção analisa a importância e a lógica por trás do uso

---

\*Agradeço a eficiente assistência de Tiago Bonomo e Rodrigo Ramiro.

\*\* Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, presidente do Ipea e professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

doméstico num sistema de metas baseado em indicadores internacionais, em particular no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em curso que deverá ser renovada para além de 2015. A última seção analisa os exemplos brasileiros do uso de referências internacionais, em particular a experiência do federalismo social entre o governo federal, o governo do estado e o governo municipal do Rio de Janeiro, onde foram feitos programas de transferência de renda complementares ao Bolsa Família. Por fim, é feita uma conclusão dos principais pontos apresentados pelo artigo.

## **Discussão Social Internacional**

É equivocada a ideia que durante os anos 90 e o início dos anos 00 - fase de integração comercial, financeira e informacional, sem precedentes na história da humanidade - a desigualdade mundial da renda tenha aumentado, pois a Índia e especialmente a China, que abrigam 40% da população mundial e a maior parte dos miseráveis, obtiveram razoável desempenho econômico.

No entanto, já existia mesmo antes da chamada crise de 2008 uma clara insatisfação com a globalização de ordem diversa, a começar pela descaracterização de tradições culturais locais como consequência do consumismo global. As sucessivas crises recentes expuseram a volatilidade inerente do sistema atual, uma verdadeira era da incerteza. As vozes ativas dos perdedores da abertura, como empresários e trabalhadores afetados, são somadas ao silêncio dos emergentes desorganizados. A frustração também deriva de não chegarmos a ter como consumidores o que passamos a querer, e como cidadãos passamos a sentir todo dia na TV a miséria e a guerra do outro lado do mundo. Mais recentemente agregado de um componente interativo e individualizado pelo uso de redes sociais. Talvez a maior frustração derive da abertura assimétrica dos mercados, pelo fato de a globalização não dividir os seus frutos pela aldeia global.

A imagem da década de 90 foi a criação da internet, a rede mundial de computadores; a da década de 00, a sua difusão; a da presente década, por sua vez, foi o uso de redes sociais de forma cotidiana. A presente década poderia ser também a da formação de uma rede de proteção social em escala global, discussão adiada da agenda pelos custos da crise internacional ainda em curso. No entanto, devemos refletir que políticas podem constituir o tecido desta rede social? Como introduzir um viés pró-equidade no funcionamento das economias de mercado?

Diversos grupos têm preconizado o aumento de recursos oficiais para o desenvolvimento (*Official Development Assistance* - ODA) e a cobrança de impostos sobre transações financeiras internacionais, o chamado imposto de Tobin (*Tobin tax*), a fim de financiar o perdão da dívida externa de países pobres altamente endividados (HIPCs, na sigla em inglês). Embora estas ações apontem, a princípio, para transferências de ricos para pobres, não existem garantias de que elas efetivamente se voltem às camadas mais pobres dos países pobres.

Na perspectiva das elites dirigentes de regiões subdesenvolvidas, a nova modalidade de perdão de dívida justificada por altos níveis de miséria corrente pode ser vantajosa, não só pela injeção de recursos de hoje, mas pela possibilidade de novas injeções futuras, caso os níveis de miséria não se alterem muito. Nesse sentido, a prática de perdoar a dívida como função da miséria corrente introduz incentivos à perpetuação da mesma. Isso não quer dizer que não se deva perdoar dívidas por questões humanitárias, mas que o problema exige alguns cuidados especiais associados às motivações dos envolvidos no processo.

Note-se que o problema de incentivos na alocação de recursos sociais aqui levantado não atinge somente países pouco democráticos. Nas democracias representativas o sistema é “um adulto, um voto”, e não “uma pessoa, um voto”. Talvez não seja mera coincidência que grande parte daqueles que estão abaixo da idade de voto também estão abaixo da linha de extrema pobreza.

Segundo a ONU, cerca de 50% dos miseráveis do mundo estão na faixa etária infanto-juvenil. Poderia se argumentar que os interesses das crianças estão legitimamente representados nas urnas pelos seus respectivos pais. Entretanto, famílias pobres possuem em geral muitos filhos e são muitas vezes chefiadas apenas por uma mulher. Nesses casos, é o voto de uma mãe rateado por muitas cabeças. Em suma, o ponto fundamental é que os miseráveis estão sub-representados no mercado eleitoral, assim como os seus interesses na gestão de recursos públicos e, em particular, naqueles advindos do perdão da dívida externa.

Uma alternativa usada pelos organismos multilaterais é exigir, como contrapartida ao aporte de novos recursos a países pobres, investimentos voltados aos miseráveis, como gastos em serviços sociais básicos. O problema aqui é a dificuldade de controle do foco, da eficiência e da persistência dos efeitos desses gastos. Em função desse tipo de problema informacional, toda a literatura de metas macroeconômicas tem se movido por indicadores intermediários ou de política econômica como, por exemplo, a taxa de juros, para chegar a indicadores de resultado, como a taxa de inflação.

Apesar dos problemas, há solução para a dificuldade apresentada. Notem que neste problema os interesses dos miseráveis e dos perdoadores de dívida coincidem não só pelas razões humanitárias correntes da ação, mas pelo desejo de minimizar a necessidade de adoção de outras ações no futuro. Um país rico que pretende financiar investimentos em países pobres por questões humanitárias deveria exigir em contrapartida aumento sustentável das

condições de vida da população, de forma a evitar a apropriação indébita dos recursos pela elite, ou ainda o seu uso populista de maneira concentrada em períodos pré-eleitorais.

A proposta é que, complementarmente ao uso dos indicadores de condição de vida para concessão de perdão de dívida, se anuncie o uso da taxa de progresso destes indicadores, *a posteriori*, como critério de acesso a incrementos futuros nos recursos obtidos. A utilização deste sistema de metas sociais *ex-post* equivale à criação de um mercado secundário de descontos de dívida externa obtidos mediante a consecução de progressos sociais palpáveis. No esquema denominado crédito social, a dívida financeira contraída em projetos sociais pode ser paga com avanços sociais.

Agora, qual seria a interação entre metas sociais e a performance macroeconômica dos países do Sul? A moderna literatura de crescimento econômico enfatiza cada vez mais a importância de se investir nas pessoas. Portanto, aqui não residem conflitos. Mas qual seria o impacto da introdução de compromissos sociais sobre os fluxos internacionais de capital? A princípio poderia se esperar uma redução desses fluxos, pois as metas sociais introduzem objetivos concorrentes às metas inflacionárias e fiscais que os financistas internacionais tanto prezam. Um ótimo restrito não pode superar um ótimo global avaliado desde a função objetivo do investidor, que é o retorno privado. Por outro lado, na visão deles é melhor ter uma política social agressiva com norte conhecido do que uma baseada em surpresas e casuísmos.

Podemos ainda esperar uma mudança na composição dos fluxos de capital dos recursos financeiros de curto prazo que procura se beneficiar de altas taxas de juros em direção a um maior investimento direto estrangeiro. Poucos indicadores são mais relevantes para o desempenho a longo prazo dos negócios transnacionais modernos do que o nível de educação do país anfitrião, não só pelo impacto exercido sobre a qualidade da força de trabalho como pelo potencial do mercado consumidor doméstico. Complementarmente, os níveis de instabilidade política e de violência em sociedades que investem na melhora das condições de vida do conjunto de suas populações são menores. Esse conjunto de variáveis é positivamente correlacionado com a atratividade do capital estrangeiro de boa qualidade, aquele que se torna efetivamente sócio dos sucessos e fracassos do país. Nessa linha, metas sociais podem, no âmbito dos fluxos internacionais de capitais, ajudar a separar o joio do trigo.

Discutimos agora o papel de indicadores sociais globais para mediar estratégias de desenvolvimento. O elemento central desta nota não é o funcionamento de acordos internacionais neles baseados, mas a conveniência e forma de sua utilização a nível local.

### **A Lógica do Uso Doméstico de Indicadores Internacionais**

A gestão da política social tornou-se mais complexa e desafiadora do que nunca. A descentralização das ações públicas aliada ao crescente envolvimento de ONGs e empresas privadas cria ampla diversidade de ações simultâneas. Por outro lado, o processo de internacionalização das economias, concomitante com instabilidades macroeconômicas contagiosas, amplia o leque de oportunidades para a realização de transferências de recursos e tecnologia social entre os países.

A pergunta que nos interessa é: como devemos aumentar os retornos obtidos pela sociedade a partir desta miríade de ações? Cabe aos diversos níveis de atividade pública (entidades multilaterais, diferentes níveis do Estado e sociedade civil) atuar simultaneamente em direção a anseios comuns. Estes envolvem a coordenação de esforços difundidos através da implementação de metas e pelo desenho de mecanismos que fornecem os incentivos para que as mesmas sejam atingidas.

A Declaração do Milênio, promulgada em 2000, faz a mediação não só dos indicadores sociais como dos valores e prazos para serem alcançados a nível global. Nossa proposta é que locais específicos – em particular, aqueles que estão no nível subnacional - anunciem um compromisso com as metas globais como elas foram especificadas. Na prática, isso implicaria que estados e municípios, ao invés das nações, desafiem suas respectivas populações para atingir as metas propostas. Um exemplo: o estado A, ou município B, iria aderir à meta de reduzir pela metade a proporção de sua população com renda per capita abaixo U\$1,25 por dia ajustada por paridade de poder de compra (PPC) até o ano de 2015. A experiência brasileira com metas inflacionárias e mais recentemente de metas educacionais no âmbito do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) ilumina a força de objetivos tangíveis.

Agora, por que deveríamos aderir apenas às metas do milênio e não a outras? a) Os indicadores propostos já foram formulados, monitorados e possuem credibilidade conquistada. Mais do que isso são indicadores populares no caso brasileiro, como atesta o



Prêmio ODM Brasil<sup>1</sup>. b) A uniformidade dos objetivos pode contribuir para a convergência de esforços sociais em escala global, propiciando uma externalidade positiva, através da complementaridade de esforços estratégicos. c) O fato do prazo das metas globais superar o mandato de um único período de governo inibe a descontinuidade das ações entre diferentes mandatos políticos; metas externas tendem a estabelecer consistência temporal nas decisões. d) A exogeneidade percebida dos objetivos entre localidades também fornece um terreno neutro para acordos entre diferentes níveis do governo, permitindo uma melhor integração dos esforços sociais empreendidos. As metas idealmente pertencem à sociedade e seus cidadãos, sendo percebidas como independentes das idiosincrasias de governos e partidos políticos específicos<sup>2</sup>.

Além das características de coordenação e mobilização das metas sociais, o condicionamento do aspecto financeiro às metas sociais observadas – considerando indivíduos ou níveis de governo – é de interesse fundamental. O mesmo espírito de transferir dinheiro para programas de educação que premiam famílias pobres cujos filhos frequentam a escola, como o Bolsa Família no Brasil ou o Oportunidades no México, pode ser aplicado para a realocação anual do orçamento social em vários níveis administrativos. O processo de premiação, com recursos adicionais pode ser aplicado para os níveis subnacionais de governo: do federal para a esfera estadual, do estado para seus respectivos municípios e destes para suas respectivas regiões administrativas. O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fornece informações atualizadas que constituem o trampolim para esses diferentes níveis geográficos<sup>3</sup>.

Seguindo esta linha de raciocínio, a magnitude da dívida externa perdoada por países pobres altamente endividados (HIPC's), atualmente em vigor, também deve considerar a

---

<sup>1</sup>Prêmio ODM Brasil incentiva ações, programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A Coordenação técnica do Prêmio é de responsabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Acesse a página <http://www.odmbrasil.gov.br/>

<sup>2</sup>O Brasil apresenta um caso paradigmático não de simples uso, mas de adaptação de indicadores internacionais no caso das metas de educação. Os cinco indicadores das metas de educação de Dakar, do All for Education e Education for All, firmadas em 2000 foram adaptados de maneira independente para as necessidades locais pela sociedade civil através do Movimento Todos pela Educação e pelo Ministério da Educação através das metas do IDEB, todas apontadas para 2022, ano do bicentenário da declaração de independência brasileira (NERI e BUCHMANN, 2009).

<sup>3</sup>O Atlas do Desenvolvimento Humano empreendido pelo Ipea juntamente com o PNUD e a Fundação João Pinheiro dá um bom exemplo deste potencial. Acesse a página [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br).

trajetória futura dos índices sociais dessas nações. Aqueles obtendo financiamento de fundos perdidos tendem a perder sua motivação. Em muitas ocasiões, o melhor remédio contra a pobreza não é caridade, e sim crédito. Não há dúvida de que o núcleo da ação social deve ser focado nos mais pobres, no entanto aqueles que se movem em direção à emancipação de suas vontades devem ser recompensados. A principal vantagem comparativa de ser pobre é a capacidade relativa de prosperar. O sucesso futuro também deve ser recompensado, ao invés de se compensar somente os fracassos do passado.

Os mecanismos de crédito social discutidos aqui também podem ser entendidos como um processo de converter dívida social em riqueza financeira. Pense nisso como uma forma de medir a dívida social pela quantidade de recursos que faltam em uma sociedade dado um determinado período de tempo ainda por vir, digamos T anos. Esta sociedade teria direito a um determinado fluxo de caixa enquanto indicadores sociais mostrariam que está se emancipando de sua dívida social. Pode-se pensar que a eficiência não é uma vantagem comparativa de uma sociedade pobre. No entanto, como dito anteriormente, uma das poucas vantagens de ser pobre é a capacidade de melhorar. Por exemplo, se 50% das crianças estão fora da escola, pode-se duplicar o número inicial, enquanto que, se o ponto de partida é de 97% das crianças na escola, não há muito espaço para melhorias. Desta forma, no caso da participação do crédito social equidade e eficiência andam de mãos dadas.

O principal problema das metas sociais está relacionado principalmente ao curto prazo, dada a presença de choques<sup>4</sup>. O resultado obtido pelo protagonista social depende de fatores que vão além de seu alcance, portanto, não depende somente de seus esforços. A partir desse fato, se torna clara a importância de se usar esquemas de avaliações relativas como usado por exemplo nos *rankings* do IDH. A seleção de um sistema capaz de fazer comparações internacionais nos permite colocar cada país dentro da norma global. O sistema de incentivos deve ser anunciado *a priori* e o desempenho relativo deve ser avaliado *a posteriori*. Tudo funciona como um sistema de crédito em que a dívida financeira de projetos sociais pode ser reduzida em virtude dos avanços sociais. A vantagem do aparato de crédito social é, se for bem projetado, atrair melhores atores sociais e induzi-los a realizar as melhores práticas.

---

<sup>4</sup> O estudo do papel das metas sociais é empreendido em Azam e Laffont, 2001, Besly, 1997 e Neri e Xerez, 2008.

Muitos programas sociais são baseados na transferência de recursos do governo federal para as regiões mais pobres. Obviamente, o gasto de dinheiro nessas regiões resulta em uma melhoria de condições de vida da população local. Entretanto, o que não está sendo avaliado é se o resultado final alcançado poderia ter sido melhor.

## **Exemplos Brasileiro de Uso de Referências Internacionais**

Após dez anos da implementação do programa Bolsa Família, a política pública brasileira entra, sob a égide do Brasil Sem Miséria, no que pode ser chamado de novo federalismo social. Nele, estados e municípios atuam de maneira integrada sobre a plataforma federal do Cadastro Social Único e do Bolsa Família, complementando ações e, ao mesmo tempo, diferenciando nas inovações emprestadas aos programas locais (CAMPELLO E NERI, 2013).

A cidade e o estado do Rio de Janeiro são exemplos deste novo federalismo social. Estas unidades inovaram, trocaram experiências, dividiram trabalho e integraram suas ações voltadas aos mais pobres. Face à complexidade multissetorial das ações sociais em questão e a experiência histórica local, era no mínimo improvável que a união das três forças federativas se desse no Rio de Janeiro. Trata-se de um estudo de caso útil que pode gerar reflexões relevantes para outros entes federativos.

Estado e município do Rio de Janeiro criaram programas de transferência de renda complementares entre si e ao Bolsa Família, chamados “Renda Melhor” (RM) e “Família Carioca” (FC), respectivamente. Ambos programas lançam mão da estrutura operacional do Bolsa Família, o que facilita a obtenção de informações, a localização física dos beneficiários, a emissão de cartões, a sincronização das datas de pagamentos e de senhas de acesso aos benefícios, entre outros.

Os programas usam o mesmo sistema de fixação de benefícios, que é específico por família. Ao mesmo tempo, se diferenciam e se somam nas condicionalidades, respeitando a respectiva inserção federativa na oferta de serviços de educação e saúde. Os benefícios tornam as pessoas menos pobres no presente, enquanto as condicionalidades incentivam o investimento nas pessoas, buscando reduzir a pobreza futura.

Uma característica microeconômica do sistema de pagamentos partilhado pelos dois programas é completar a renda estimada das pessoas até a linha de pobreza fixada, dando mais recursos a quem tem menos. Com isso, trata-se quem é pobre, e apenas ele, na exata medida de sua carência, aumentando a progressividade, já alta, do Bolsa Família na concessão dos benefícios. A busca dos mais pobres entre os pobres é facilitada pelo uso da renda estimada a partir de ativos e carências, e não da renda declarada pelas pessoas. Desta

forma, os dois programas navegam sobre o Cadastro Social Único, com a bússola apontada para quem é pobre e não para quem está pobre<sup>5</sup>.

A característica do novo federalismo social que nos interessa mais aqui é usar referências internacionais como campo neutro entre níveis e mandatos de governo. A linha de pobreza usada nos dois programas é a de U\$2,00 dia por pessoa ajustada por diferenças internacionais e internas de custo de vida (Paridade do Poder de Compra – PPP), cerca de R\$ 108 por pessoa mês na data de lançamento do programa municipal, em 2010. Este parâmetro corresponde a mais generosa linha da primeira e mais importante das oito metas do milênio da ONU, a de redução da pobreza extrema à metade no período de 25 anos iniciados em 1990. A outra linha das metas da ONU, de U\$1,25, foi adotada no uso de valores próximos a ela na linha nacional de extrema pobreza de R\$ 70 fixada em 2011 pelo governo federal. Desta forma, os programas alinham a cidade e o estado do Rio ao contexto mundial e agora nacional, aproveitando suas vocações internacionais, reforçadas pelos grandes eventos, como a final da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. O fato da data final da meta da ONU, 2015, estar neste horizonte, ajuda a mobilização e a soma de forças sociais.

Em suma, o caminho foi usar os mesmos parâmetros de meta de pobreza agregada para a cidade que os do programa Família Carioca (FC). Esta consistência permitiu que toda otimização no desenho do programa se reflita nos resultados auferidos.

---

<sup>5</sup> O expediente idiossincrático de fixação dos valores dos benefícios foi posteriormente adotado no programa Brasil Carinhoso, lançado em maio de 2012, que passou a completar a renda da família dos beneficiários com crianças de 0 a 6 anos de idade pelo menos até R\$ 70 per capita. Depois, em 2013, este procedimento foi generalizado para as demais famílias extremamente pobres do Bolsa Família. O programa sucedâneo do Chile Solidário, denominado Ingresso Ético Familiar, lançado em meados de 2012, usa tanto o princípio de complementação de renda como de estimação de renda usado no programa Família Carioca desde 2010. Este é outro exemplo de exportação de tecnologia social.

## **Conclusão**

O presente artigo faz uma análise sobre o uso de um sistema internacional de metas sociais e de crédito para os países com altos níveis de miséria, aplicando-se ao contexto brasileiro. Inicialmente, é feita uma discussão sobre os problemas sociais da comunidade internacional, principalmente como combater a miséria no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU. O uso desse sistema de metas sociais é de extrema importância para o combate à pobreza, dada a dificuldade de controle, foco e persistência dos gastos com serviços sociais básicos na ausência de sistema de gestão baseados em metas. É defendido não só o uso de indicadores internacionais, mas a ênfase no acompanhamento da taxa de progresso dos mesmos ao longo dos anos. O sistema de crédito social aparece como elemento importante para a superação da miséria, onde a dívida financeira dos países pobres é contraída em políticas que visam obter avanços sociais. Nesse sentido, entende-se a importância do uso de indicadores para medir esses avanços e pautar os novos desafios para o futuro.

Em seguida é analisada a lógica por trás do uso doméstico de indicadores internacionais, visando a coordenação de esforços de diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) para o cumprimento de metas sociais específicas e objetivas, e como fazer o desenho de mecanismos que fornecem incentivos para que os objetivos sejam alcançados. Uma das vantagens das metas sociais é que elas possuem prazos que vão além do período de um único governo, inibindo a descontinuidade das ações entre diferentes mandatos políticos. Portanto, o sistema de metas sociais permite uma consistência temporal e uma melhor integração entre os diferentes níveis de governo.

Por fim, o artigo analisou o exemplo brasileiro do uso de referências internacionais. O chamado novo federalismo social brasileiro, ilustrado pelo tripé governo federal, estado e município do Rio de Janeiro, é um exemplo de como as metas sociais podem ser traduzidas em uma maior efetividade das políticas sociais. A linha de pobreza da ONU de U\$2,00 ao dia por pessoa ajustada pela Paridade do Poder de Compra (PPP) é usada nos programas do Rio de Janeiro, e a integração dos mesmos com o programa nacional do Bolsa Família, através do registro dos beneficiários no Cadastro Social Único Federal, implica em uma maior capacidade de implementação e eficiência das políticas sociais de superação da pobreza, complementando ações e, ao mesmo tempo, diferenciando nas inovações

emprestadas aos programas locais. Desta forma, os programas alinham a cidade e o estado do Rio ao contexto mundial e agora nacional, o que serve de exemplo para outras parcerias federativas futuras.

## REFERÊNCIAS

AZAM, J.P.; LAFFONT, J.J. **Contracting for aid**. Mimeo, Université de Toulouse, 2001.

BESLEY, T. **Political Economy of Alleviating Poverty: Theory and Institutions**. *Annual World Bank Conference on Development Economics 1996*, World Bank: Washington, D.C.1997.

CAMPELLO, T. e NERI, M. C. (ORG.). **Programa Bolsa Família: Uma Década de Inclusão e Cidadania**. Brasília: IPEA-MDA, 2013.

NERI, M. C., BUCHMANN, G. **From Dakar to Brasília: monitoring UNESCO's education goals**. *Prospects (Paris)*. , v.38, 2009.

NERI, M. C., XEREZ, M.C. **On the Political Economy of Poverty Aleviation**. In: *The Many Dimensions of Poverty*. Kakwani, N and Silber, J Hampshire: Palgrave-Macmillan, 2008, p. 231-250.





Praia de Botafogo, 190, Sl. 1501 - CEP: 22.250-900 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: 21.3799-2320 / E-mail: [fgvsocial@fgv.br](mailto:fgvsocial@fgv.br)  
[www.fgv.br/fgvsocial](http://www.fgv.br/fgvsocial)